



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB  
INSTITUTO DE HUMANIDADES  
CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES

PÂMELA DE SOUSA SÁ FRANCO

PROJETO DE PESQUISA  
**GÊNERO E TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE O DIREITO  
REPRODUTIVO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE ALUNAS DA  
UNILAB**

ACARAPE  
2020

PÂMELA DE SOUSA SÁ FRANCO

PROJETO DE PESQUISA

**GÊNERO E TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE O DIREITO  
REPRODUTIVO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE ALUNAS DA  
UNILAB**

Anteprojeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para aprovação no curso Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Orientadora: Professora Dra. Ana Paula Rabelo

ACARAPE  
2020

PÂMELA DE SOUSA SÁ FRANCO

PROJETO DE PESQUISA  
**GÊNERO E TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE O DIREITO  
REPRODUTIVO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE ALUNAS DA  
UNILAB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para aprovação no curso de Bacharelado em Humanidade, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab.

Aprovada em: \_\_\_\_ / 05 / 2020.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Ana Paula Rabelo e Silva (Orientadora)

---

Profa. Dra. Rosalina Semeo de Andrade Tavares

---

Prof. Dra. Anne Sophie Marie Frederique Gosselin da Silva

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha mãe, Claudia Lourdes, mulher forte, para quem eu compartilhei os momentos mais difíceis da minha vida acadêmica até aqui. Ela que sempre acreditou em mim e sempre acolheu as minhas decisões, ela que é uma das minhas inspirações, não somente para escrever esse trabalho, mas de vida. Obrigada minha mãe, minha melhor amiga, por ser meu porto seguro, eu te amo.

Agradeço ao meu pai, Paulo Roberto, que todo os dias ia até metade do caminho que eu fiz por mais de dois anos para me esperar as 22 horas para podermos ir para casa, ele que sempre teve esse cuidado, pois sabia que ali, sempre foi perigoso para uma mulher, infelizmente ainda temos que lidar com isso, obrigada pai, por isso, e por todo apoio que sempre me deu, eu nunca irei esquecer desses momentos, eu te amo.

Agradeço a minha irmã, Caroline Franco, que com 16 anos, nunca calou sua voz para defender uma mulher, sempre esteve comigo quando foi preciso em algum momento da vida defender os direitos das mulheres, ela com certeza é também uma inspiração para mim, pois não precisou entrar em uma universidade para entender que as mulheres ainda são oprimidas de diversas formas e para praticar a sororidade, diferentemente de mim, que sou o que sou hoje graças a universidade, obrigada meu amor, eu te amo.

Agradeço a meu namorado, Francisco Alexandrino, que sempre esbanjou tanto orgulho de mim, que sempre que eu conseguia realizar algo, ele sempre via como se fosse uma grande conquista, mesmo que para mim não parecesse assim, obrigada pela empolgação, pelas comemorações exageradas, por todo apoio, pela positividade cada vez

que eu dizia que não iria dar certo, por me fazer se sentir incrível, e acima de tudo, por repetir que sou inteligente, tudo isso fez com que eu me sentisse muito mais segura.

Agora gostaria de fazer um agradecimento especial para as mulheres que foram imprescindíveis para a minha evolução acadêmica, que são minhas amigas, Gêrfane Samile e Gleice Pinho, agradeço pela nossa trajetória, pela nossa união, vocês são com certeza os maiores presentes que a unilab me concedeu, obrigada por sempre estarem comigo nos momentos em que só quem está na universidade entende, momentos esses que são de estresse, de cansaço mental, de pensamentos negativos, exaustão e até mesmo de solidão, pois a vida universitária, é, muitas vezes, muito solitária. Também agradeço pelos momentos de “resenha”, que de jeito nenhum irei esquecer, obrigada pelos discursos que sempre levava a um entendimento maior sobre as coisas, vocês são incríveis.

E por último, mas não menos importante (bem clichê), agradeço a minha orientadora, Professora Ana Paula Rabelo, que sempre foi muito mais do que isso, eu não poderia ter feito uma escolha melhor, obrigada por ser tão atenciosa e preocupada com as suas orientandas, serei eternamente grata a senhora!

*Ensinamos as meninas a se retraírem, para inferiorizá-las  
Dizemos para as garotas: você pode ter ambição, mas não demais  
Você deve visar ser bem sucedida, mas não tão "bem"  
Caso contrário, ameaçará o homem  
Porque eu sou uma fêmea, esperam que eu deseje me casar  
Esperam que eu faça as minhas próprias escolhas na vida  
Sempre tendo em mente que o casamento é a mais importante delas  
Falando sério, o casamento pode ser uma fonte de alegria, amor e apoio mútuo  
Mas por que ensinamos às garotas a aspirar ao casamento  
E não ensinamos a mesma coisa aos meninos?  
Educamos as garotas para se considerarem concorrentes  
Não por emprego ou por realizações, o que eu penso que pode ser uma coisa boa  
Mas pela atenção dos homens  
Nós ensinamos as garotas que não podem ser seres sexuais da mesma forma que os  
garotos são  
Feminista: uma pessoa que acredita na igualdade social, política  
E econômica entre os sexos*

(Chimamanda Ngozi Adichie)

Tradução de um trecho da música Flawless (feat. Chimamanda Ngozi Adichie)  
Beyoncé

## RESUMO

A presente pesquisa visa analisar as identidades femininas construídas em **narrativas** de alunas do curso do Instituto de Humanidades, da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira sobre a relação gênero, saúde e trabalho, especificamente, no que se refere ao direito de escolha das mulheres em serem ou não mães, enquanto estão em atividades laborais. Para tanto, foram realizadas pesquisas teóricas sobre direito “reprodutivo e trabalho” (PISCITELLI; 2009; MATOS; BORELLI, 2012) e “direito reprodutivo e relações afetivas” (FREDERICE, 2017), para descrever um cenário de redução de reprodução de mulheres quando inseridas no mercado de trabalho. A presente pesquisa, de método misto, utiliza a Análise do Discurso Crítica, de Norman Fairclough (2003) como método para análise das narrativas breves coletadas por meio de **aplicação de questionários**. A análise dos significados ideacional e representacional são fundamentais para a compreensão de como as narrativas estão inseridas em forma de conformação ou de resistência das identidades propagadas no discurso hegemônico.

**Palavras-chave:** Gênero. Saúde. Direitos Reprodutivos. Análise de Discurso Crítica.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>11</b>
2.1	OBJETIVO GERAL .....	11
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	11
<b>3</b>	<b>JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>11-12-13-14-15</b>
<b>4</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>15</b>
4.1	DIREITOS REPRODUTIVOS E TRABALHO .....	16-17
4.2	DIREITOS REPRODUTIVOS E RELAÇÕES AFETIVAS NA PÓS-MODERNIDADE .....	17-18-19-20
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>21</b>
5.1	DESCRIÇÃO DO OBJETO .....	21-22
5.2	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	22
5.3	ANEXO 1: DOS QUESTIONÁRIOS.....	22-23-24-25-26-27-28
<b>6</b>	<b>CRONOGRAMA .....</b>	<b>28-29</b>
<b>7</b>	<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>29-30</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Oliveira (2001), considera que no campo de pesquisa “Saúde do Trabalhador” há poucas pesquisas realizadas pelas próprias mulheres sobre a relação mulher no mercado de trabalho. Segundo Messing (1999 apud OLIVEIRA, 2001, p. 10), esse campo pode estar “se mostrado cego aos problemas das mulheres trabalhadoras. Existe uma imagem construída de que as mulheres não realizam tarefas muito difíceis e de que seu trabalho não é muito perigoso – e quando é, não é considerado apropriado para as mulheres”. Mesmo na área de saúde da mulher, o tema não ganha o destaque que merece.

As mulheres obtiveram relevantes conquistas no mundo do trabalho e hoje pode-se dizer que uma parcela significativa delas são independentes financeiramente e livres de relações de opressão. Pensando nos limites estabelecidos historicamente pelas sociedades ocidentais, ainda haveria quanto mais a ser conquistado? Essa dúvida sobre os “limites de liberdade” para as mulheres também passa pelos seus direitos reprodutivos.

Esse tema intrigou-me quando refletia sobre se a maternidade seria de fato importante para mim e se eu realmente almejava ter filhos. Ao pensar sobre isso, considerei a postura cristã da minha família e o constrangimento que poderia causar se eu decidisse realmente não ter filhos. Considero a opinião da minha família nas minhas tomadas de decisão. A negação da minha tomada de decisão por evitar engravidar traz

uma carga muito negativa, principalmente quando penso nas minhas parentes que não puderam ter filhos e que mesmo não ainda podendo, continua sendo um sonho, um desejo delas serem mães. Elas foram culpabilizadas pela perda de seus bebês, parecia que elas poderiam de alguma forma terem feito algo para que fosse possível manter a gravidez. Então, entendi – naquele momento - que as mulheres ainda não obtiveram sua liberdade plenamente, elas são julgadas por cada decisão.

Há um preceito que as mulheres têm de seguir, que na verdade foi imposto a elas desde os primórdios: o de ser mãe, diferentemente de antes, as mulheres não são mais apenas um objeto reprodutivo, mas a reprodução e a escolha pela maternidade ainda é uma questão imposta para as mulheres, a mulher que opta por não ser mãe é socialmente vista como um sujeito egoísta, ou como alguém que não “ama” as crianças, por isso, a negação da maternidade ainda causa espanto na sociedade, é uma escolha para muitos, difícil de ser compreendida. “Mas porque você não quer ser mãe?” (sempre tem de haver uma explicação mais aceitável, pois o simples fato de não “querer”, opcionalmente, sem nenhuma questão a mais, não é uma justificativa legítima), “quando você envelhecer, você vai precisar de alguém para cuidar de você”, “o amor de mãe... você nunca saberá o que é isso” são argumentos e questionamentos do senso comum que são feitos para a mulher que em sua consciência não aspira ser mãe, torna-se ilógico o fato de a sociedade ainda não apresentar estar preparada para esse tipo de escolha, a opção da mulher de priorizar sua vida profissional ao invés da vida matrimonial e maternal ainda é vista como algo absurdo, pois a maternidade ainda é visualizada como a primeira essência da mulher, portanto, a mesma que se nega a ela parece não ter amor. Esse pensamento patriarcal chega a ser irônico, pois a sociedade não aceita a mulher que não quer ter filhos, mas compreende o homem que mesmo tendo filhos, não quer ser pai

Perante essas mudanças, em 1879 a legislação brasileira tornou possível o ingresso das mulheres nas universidades e faculdades, contudo, ainda assim, era delimitado a elas quais cursos e quais profissões deveriam seguir. Nos cursos superiores de alta escala como por exemplo, medicina, direito e engenharia eram suprimidos as mulheres. As que de algum modo conseguiam concluir esses cursos em outros países, eram severamente perseguidas quando de fato iam exercer a profissão. Portanto, as áreas que as mulheres poderiam ou deveriam cursar, eram as relacionadas a educação e cuidado, como a Pedagogia, a Enfermagem, Farmácia e Odontologia, mas ainda assim, mesmo sendo opções mais aceitas, havia uma certa repressão. Apesar de os tempos terem mudado e hoje em dia as mulheres frequentarem cada vez mais as universidades, nada obstante, os

cursos que eram considerados adaptados as mulheres continuam sendo os mais frequentados por elas, apesar de existirem mulheres nas engenharias ou em cursos como a física, ainda são poucas.

Há duas problemáticas a serem pensadas, a primeira é que a sociedade As mulheres estão cada vez mais buscando a sua independência financeira, mas não somente, as mulheres querem mais, querem ter liberdade diante seus corpos, querem decidirem se realmente tencionam ter um filho, querem ser completamente livres, querem garantir suas vidas profissionais sem nada que as impeça. A maioria das mulheres atualmente querem seguir suas escolhas, sem que sejam reprimidas ou julgadas, é certo que o mercado de trabalho impõe ainda nos dias atuais que as mulheres tenham determinado tipo de corpo e que sigam determinado estilo de vida. Essa é a primeira problemática que podemos pensar, estamos nós mulheres diariamente lutando contra a opressão, de repente chegamos em um determinado período da vida e pensamos “eu quero viver da minha profissão” e conseqüentemente, em alguns casos, ao priorizar a vida profissional, a mulher tem que esquecer a possibilidade de ser mãe, o que não vai ser problema para algumas mulheres, mas para outras poderá ser, ela então se encontra sem saber qual decisão tomar.

A outra problemática é que, o mercado de trabalho de fato oprime as mulheres, como já oprimiu muito mais, mas temos que a partir desse momento pensar os avanços que já fizemos, todas essas questões que foram aqui impostas, a falta de mulheres em determinadas profissões, ou o que é dito pela sociedade que as mulheres devem fazer, ou em que devem trabalhar, todas essas são questões que ainda não foram resolvidas. Afinal, porque uma mulher deve escolher entre trabalho e família, porque elas não podem ter os dois, assim como os homens, e porque essas mulheres que optam pelo trabalho têm que ser tão mal vistas, e porque as mulheres não têm direitos perante seus próprios corpos, já que são pressionadas\_dentro da família para que tenham filhos, e no trabalho, para que não tenham a questão não é pensar que todas as mulheres que não querem ser mães, não apenas não querem, mas não podem por causa da profissão, é obviamente o caso de algumas, mas não é o de todas, as mulheres não querem ser mães, muitas vezes porque não as interessam, devemos pensar a profissão ou o sucesso profissional de uma mulher e a maternidade como duas coisas distintas, assim como pensamos no caso dos homens, os homens trabalham e tem as suas profissões com ou sem filhos, e quando um homem não quer ser pai e tem sucesso na sua carreira, uma coisa não é diretamente ligada à outra, todos nós temos o direito de almejar a nossa independência e sucesso profissional, e as

mulheres estão cada vez mais buscando isso, se isso implica não ter filhos, deve ser uma escolha dela, assim como é para os homens.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

- Descrever, a partir das **narrativas** das estudantes brasileiras unilabianas do BHU, a percepção da mulher trabalhadora (ou não) que não deseja / almeja ter filhos.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Historicizar a trajetória dos direitos reprodutivos das mulheres brasileiras.
- Analisar a relação entre as leis trabalhistas brasileiras e as mudanças nas escolhas das mulheres no que diz respeito ao direito reprodutivo.

## 3 JUSTIFICATIVA

Os estudos de gênero geralmente são bastante discutidos nas áreas das ciências humanas. Em sua obra “Gênero: a história de um conceito” a antropóloga Adriana Piscitelli (2009) trata das questões de gênero e traz uma introdução sobre em que momento as questões de gênero passaram a ser pesquisadas e conceituadas. No tópico “A história de um conceito”, Piscitelli relata que o conceito de gênero foi apresentado pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller, que em 1963, no Congresso Psicanalítico Internacional na cidade de Estocolmo, idealizou a definição de identidade de gênero como um meio de distinção entre o que vinha a ser natural e o que seria cultural. Para este autor, o sexo é tudo aquilo que está ligado à biologia – estaria relacionado a hormônios, sistema nervoso e a morfologia. O gênero, no entanto, associa-se à cultura, como a psicologia, sociologia e todo o aprendizado e vivência de um indivíduo desde o seu nascimento, sendo assim, de acordo com Stoller (*apud* PISCITELLI, 2009), quando o indivíduo nasce, naturalmente ele é categorizado pelo seu corpo, esse fator está ligado às genitálias, por meio dessa, ainda somos separados entre homens e mulheres. Contudo, as formas de sermos homens ou mulheres não estão relacionadas às nossas genitálias, mas sim, aos ensinamentos que vêm a partir da cultura. Esse posicionamento de Stoller (*apud* PISCITELLI, 2009) trata especificamente da perspectiva binária do comportamento do ser masculino e do ser feminino, filtrando os papéis dos sexos na sociedade, justificando que a hierarquia sexual é mais relevante do que a biológica, mas que também existem outros aspectos culturais e sociais.

Nas Ciências Sociais, por muito tempo perdurou a ideia de que as diferenças entre feminino e masculino eram também os moldes das sociedades. A perspectiva binária de gênero perdura por quase todo o século XX, sendo contestada à medida que outras formas de expressão passam a romper com os padrões estabelecidos. Nesta segunda década do século XX, convivem com pessoas bigênero, agênero, gênero fluido, e outras formas.

É a partir da teoria dos papéis sociais, que surge na década de 1930, as expressões “papel sexual”, “papel masculino”, “papel feminino”, ganham repercussão social. Esses termos alcançam ampla divulgação principalmente por meio dos estudos na Antropologia, que foi uma disciplina essencial para as construções no seguimento das separações sexuais impostas a partir da teoria dos papéis sociais (PISCITELLI, 2009). Nessa teoria, cada coisa, objeto ou acontecimento era classificado perante esse pensamento limitado e binário. A *teoria dos papéis sociais* define os lugares de ocupação social para homens e mulheres. Nesse contexto, Piscitelli cita a antropóloga estadunidense Margaret Mead que é “uma das mais importantes autoras nessa área”, Mead ficou conhecida por provar em seus estudos que não existe nada naturalmente “masculino” ou “feminino” quando estudou três culturas diferentes, comprovou em sua obra “Sexo e temperamento em três sociedades primitivas” que nelas, as noções de feminilidade e masculinidade eram completamente diferentes das concepções estadunidenses formuladas naquela época. Baseado nessas pesquisas, Piscitelli afirma que as definições que geraram expectativas no conceito social foram desenvolvidas a partir da observação feminista e tiveram início a partir da década de 1970, fator que foi decisivo para a definição das concepções de gênero.

Uma contribuição anterior, mas não menos importante, foi realizada por Simone de Beauvoir (s/d *apud* PISCITELLI, 2009), filósofa e escritora francesa. Em sua obra “O segundo sexo” fala sobre a pressão que se dava perante as mulheres de classe média no século XX, em seus argumentos, a autora fala também sobre casamento e maternidade e como as mulheres precisavam obter essas duas coisas para ter um lugar social, Beauvoir problematiza além da obrigatoriedade do casamento e maternidade o fato de naquela época não haver um controle reprodutivo, perante essa perspectiva as mulheres não poderiam ser seres sexuais, como eram os homens, além disso e perante essa visão de “ser doméstico” pelo qual as mulheres eram submetidas, a autora também trata das impossibilidades de trabalho para as mulheres. Contudo, apesar de lutar pelas causas das mulheres, Beauvoir só foi considerada de fato uma autora feminista na década de 1960.

Os estudos sobre gênero e os estudos sobre mulheres avançaram significativamente na passagem do século XX para o século XXI. Além da ampliação dos conceitos, aspectos sociais e econômicos começam a interferir na compreensão da constituição do sujeito social. Em direção oposta ao avanço científico, temos uma sociedade que aprofunda um olhar conservador sobre crenças, valores e costumes. Interferindo, inclusive, nas relações sexuais e nas escolhas de gênero.

Nesse cenário complexo, em que as **disputas de crenças e valores também** são disputas de poder, me proponho a estudar a escolha da mulher em não ter filho. Pois ao me aproximar dessa temática pensei se ela era verdadeiramente importante para mim, imediatamente, soube que sim, pois percebi que não se trata de uma questão apenas, o fato de as mulheres ainda não poderem ter autonomia sobre seus corpos vem a partir de várias ramificações, defronte de muitas desigualdades que as mulheres sofrem e sofreram diante de cada momento histórico. Se se eu realmente precisasse defender o direito que as mulheres devem ter perante seus corpos na presença de um júri altamente crítico a esse pensamento, (aqui podemos comparar o júri com a sociedade em que vivemos e o patriarcado) qual seria a minha argumentação? Primeiramente, pensei na questão pessoal e na dúvida que me vem quando penso se pretendo ter filhos, pensando isso, logo sei que não quero ser tratada como uma pessoa egocêntrica, também não quero que a minha decisão se confunda com outras questões, não quero ser vista com indiferença, e se o aborto em algum momento chegar a ser minha única opção, não quero ser julgada como uma criminosa. Quero decidir sobre meu corpo sem me sentir culpada, sem pensar no que as outras pessoas pensam de mim, meu desejo é que um dia não precisássemos tratar sobre essas questões vindo de um ponto diferenciado, me pergunto porque ainda se trata de uma problematização, porque ainda não é normal, porque as mulheres ainda tem de tocar na mesma tecla, séculos pedindo e lutando por apenas uma coisa: direitos iguais. A resposta logo me vem à mente, ainda vivemos em uma sociedade patriarcal onde as mulheres ainda têm que lutar pelo óbvio, pelos direitos mais básicos possíveis, como os direitos sexuais e reprodutivos. Mas para se tornar válido, preciso pensar dentro da academia, a questão é que as mulheres estão cada vez mais se especializando e conquistando lugares sociais que antes eram exclusivos dos homens. Isso faz com que pensem além da família e que percebam que casamento e maternidade não são algo essencialmente natural e não precisam ser sua última ou única finalidade. Além desta, precisamos sair da nossa zona de conforto, somos tão individualistas que não paramos

para pensar na própria criança que é, ou foi criada por uma mãe que não a deseja ou desejava, quando uma mulher afirma que não quer ser mãe, muitas pessoas pensam ser apenas uma “birra” já que as mulheres são de muitas formas, ainda nos dias de hoje, infantilizadas, é difícil para as pessoas pensar isso como um desejo real, diferentemente quando uma mulher quer de qualquer forma, ter filhos, essa escolha é vista como algo legítimo, um sentimento real, sem perceber que o sentimento de uma mulher em relação a negação da maternidade é tão real quanto, a mulher que tem filhos sem que em nenhum momento da vida tenha querido, torna-se frustrada.

Diante do exposto, apresentamos as seguintes problematizações:

- Que aspectos sociais, econômicos e culturais interferem para a mulher (brasileira unilabana), em condições de trabalho, não desejar ter filhos?
- Quais aspectos sociais, econômicos e culturais estão entrelaçados nas lutas pelos direitos reprodutivos das mulheres brasileiras, com foco no impacto da vida das mulheres unilabiana?
- Como as leis trabalhistas brasileiras interferem nas escolhas das mulheres no que diz respeito ao direito reprodutivo?

#### **4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Do Latim “femina” mulher, a palavra “feminismo” significa igualdade entre homens e mulheres, em todos os aspectos. O feminismo vem à tona com a Revolução Francesa, no século XVIII, na Inglaterra. O movimento feminista é dividido em três “ondas”, a primeira onda refere-se ao período extenso de atividade feminista ocorrida no século XIX e início do século XX no Reino Unido e nos Estados Unidos, onde tinha como foco o sufrágio feminino e os direitos trabalhistas e educacionais para mulheres e garotas. Na época do Brasil Colônia pouco foi conquistado, pois as mulheres eram vistas como propriedade de seus maridos, pais e até mesmo irmãos. Porém, algumas mudanças começaram a ocorrer no mercado de trabalho durante as greves realizadas em 1907 como a greve das costureiras, e em 1917 com a influência de imigrantes europeus que buscavam melhores condições de trabalho e devido a predominância da força de trabalho feminina, foi aprovado a resolução para salário igualitário pela Conferência Internacional do Trabalho e aceitação de mulheres no serviço público. O direito ao voto e a candidatura

das mulheres foram conquistados na constituição de 1946. Carlota Pereira de Queiroz foi a primeira Deputada Federal Brasileira. A segunda onda tem início a partir da década de 60 e se estende até a década de 80, as feministas dessa época se preocupam com a liberação feminina e lutavam pela igualdade legal e social para as mulheres, as principais pautas eram o direito ao corpo e ao prazer e abrangia questões como o aborto, a violência sexual e a homossexualidade. Já a terceira onda tem início nos anos 90, como uma resposta as supostas falhas da segunda onda. No início do século XX despontam as primeiras mudanças no mundo inteiro, a Revolução Russa de 1917 concede o direito de voto as mulheres na Finlândia e por volta de 1950 mais de 100 nações usufruíam desse direito. Após a Segunda Guerra Mundial, o feminismo vem à tona para reivindicar a liberdade feminina em relação aos seus corpos e pensamentos oprimidos por uma cultura extremamente masculina. Além da luta pelo o aborto as mulheres buscavam também terem acesso a todos os cargos trabalhistas que eram ocupados exclusivamente por homens. Nos anos 60 aos anos 80 as feministas procuraram debater sobre a questão da “inferioridade” feminina, grandes intelectuais e líderes feministas buscam o fim da discriminação de gênero e são contra a ideologia de que a mulher conquista a sua felicidade em cuidar dos filhos e do lar, protestos como a queima de sutiã são marcos da busca da renovação da ideologia social deflagrada no momento.

#### 4.1 DIREITOS REPRODUTIVOS E TRABALHO

Em sua obra “A terceira mulher” Gilles Lipovestsky (2000) apresenta a primeira, segunda e terceira mulher, no qual, a segunda mulher é essencialmente dócil, fácil de lidar e completamente submissa, nasceu para ter um bom casamento, ser uma boa mãe e esposa, a mulher que almeja a maternidade e o matrimônio a todo custo, que cuida do lar e educa as crianças. Porém, com a chegada da Revolução Industrial, essa mulher teve que se moldar, passou a trabalhar nas fábricas para complementar a renda familiar. No entanto, essas mudanças não eram para todas, a sociedade ainda impunha que a mulher fosse a cuidadora do lar, a felicidade do homem ao chegar do trabalho, “ser que adiciona ao homem.” Contudo, no contexto da Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII na Inglaterra, as mulheres passaram a trabalhar nas fabricas e devido a sua mão-de-obra barata havia nas fábricas uma grande predominância feminina, esse fator fazia com que os lucros dos patrões aumentassem, a partir dessa, tornou-se comum a contratação de mulheres e crianças nas fabricas. Apesar de as mulheres continuarem a

ouvir a fábula de que nasceram para serem mães, as mesmas foram forçadas a abandonar os filhos à própria sorte ou levá-los junto para o trabalho, diante da necessidade de passar o dia inteiro nas indústrias têxteis. Uma prática comum das mães nessa época foi dopar suas crianças para que pudessem trabalhar. Essas condições nos fazem refletir perante como essas mulheres eram vistas pela sociedade, pois segundo os patrões elas eram dóceis, fáceis de dominar e acostumadas a obedecer... No Brasil a industrialização começou na segunda metade do século XIX, a partir da instalação das fabricas têxteis e também as de gênero alimentícios. As operarias brasileiras trabalhavam em média 12 horas por dia e lutavam por melhorias das condições trabalhistas e contra o assédio sexual e o controle disciplinar.

No livro “Nova história das Mulheres no Brasil”, no capítulo que irá relatar a história das mulheres com o trabalho, as autoras Maria Izilda Matos e Andreia Borelli (2006) no texto “Espaço feminino no mercado de trabalho” relatam o percurso das mulheres no mercado de trabalho, em seu texto, depois de uma explicação sobre a trajetória das mulheres nas fabricas, como vendedoras nas feiras, cozinheiras, como trabalhadoras a domicilio (em especial as costureiras), domésticas, lavadeiras e amas de leite, falam sobre a decorrência da Segunda Guerra Mundial e como o trabalho dessas mulheres passaram a serem vistos, de como a sociedade impunha a questão da maternidade e do casamento, de modo que, só havia “perdão” para aquelas que viviam a margem da pobreza, em consequência disso, o número de mulheres nas fabricas que antes era maior que o de homens passou a diminuir, isso decorreu também a partir do processo de industrialização e modernização. Apesar disso, as mulheres passaram a ocupar outros cargos, inclusive em escritórios, mas que demandavam menos prestígio, pois sempre existiu uma desigualdade de gênero que por muitas vezes determinou os espaços que deviam serem ocupados pelas mulheres, nesse sentido, a divisão sexual do trabalho proporciona que as mulheres ocupem funções de menor prestígio, por muitas vezes submetidas a informalidade, desemprego ou baixa remuneração. Ainda assim, nesse contexto de modernização as mulheres passaram a ganhar seu lugar no mercado de trabalho, independentemente de ainda serem vistas como inferiores e sempre estarem em cargos com menos “status” social. Essa dinâmica e processo histórico da industrialização exigia que as mulheres fossem solteiras e que não tivessem filhos, o que causa um embate, pois ao mesmo tempo que era imposto que as mulheres se casassem e tivessem filhos pela família e pela igreja, para conseguirem sua independência financeira, era justamente isso que elas não poderiam fazer, a partir daí e com as mulheres cada vez mais procurando ter

sucesso profissional, passou a ter um novo corpo feminino como exigência no mercado de trabalho que era justamente, sem filhos.

## 4.2 DIREITOS REPRODUTIVOS E RELAÇÕES AFETIVAS NA PÓS-MODERNIDADE

No segundo capítulo denominado “A domesticação das mulheres e a redefinição da feminilidade e da masculinidade: mulheres, selvagens da Europa” da obra “Calibã e a bruxa” Silva Frederice (2017) fala da domesticação das mulheres e de como as mulheres passaram de seres selvagens, indomináveis a seres dóceis e fáceis de manipular com o ocorrido da caça às bruxas, onde as mulheres perderam totalmente sua autonomia. A partir disso, e com a chegada do século XVIII as mulheres passaram a serem denominadas por dois fatores: como a esposa ideal e pelo seu instinto materno, que era na verdade o verdadeiro valor que as mulheres daquela época deveriam cultivar. A partir dessa, tem-se início a domesticação das mulheres. Isso se refletia também nas leis, pois as mulheres passaram a serem legalmente infantilizadas, não tinham mais controle sobre suas atividades econômicas, pois eram vistas como seres “imbecis”, com isso, a ideia que as mulheres eram inferiores aos homens apenas crescia naquele momento. Dessa maneira, as mulheres passaram dois séculos de completa opressão, qualquer tipo de resistência levava a sua morte e extermínio, onde a principal vilã dentro dessa sociedade passou a ser a “esposa desobediente” que se comparava as “putas” e as “debochadas”.

Na Europa da Era da Razão, eram colocadas focinheiras nas mulheres acusadas de serem desbocadas, como se fossem cães, e elas eram açoitadas exibidas pelas ruas; as prostitutas eram açoitadas ou enjauladas e submetidas a simulações de afogamento, ao passo que se instaurava a pena de morte para as mulheres condenadas por adultério. (FREDERICE, 2017, p. 203)

Realmente, por muito tempo a maternidade para algumas mulheres se tratava de uma identidade forçada, e não uma experiência voluntária. E ao terem que exercer a maternidade de forma compulsória, muitas mulheres perderam a autodeterminação sobre seus corpos, que passaram a ser regulados por todos: Estado, sociedade, igreja e família, configurando uma verdadeira exploração do poder reprodutivo das mulheres por sistemas e instituições dominadas pelos homens. Nesse contexto, ter um útero significa procriar.

Mas a mulher distingue-se do homem por possuir um órgão a mais, o útero, vermelho e sangüíneo [sic] e cujo a função é governar a menstruação e gerar crianças. Nota-se que o homem possui dois órgãos, simétricos e opostos, enquanto a mulher possui três. Numa assimetria e imparidade com predomínio do corpo. (WOORTMANN, 1985, p.29-30)

Essas eram narrativas comuns na década de oitenta onde se procurava uma lógica para atestar a inferioridade das mulheres diante de seus corpos.

Menstruação e gravidez são estados que a mulher, em estado de “poluição” se torna “perigo” [...] O útero evita o desequilíbrio fisiológico, mas a mulher é também percebida como potencial causadora de desequilíbrio social, notadamente durante a menstruação e o “resguardo”. (WOORTMANN, 1985, p.29)

Os direitos sexuais e reprodutivos começam a ganhar força na década de 60, movimento que causou muita resistência. Nessa época a preocupação das feministas também se concentrou nos aspectos ligados a sexualidade e reprodução das mulheres, o foco era para que elas pudessem decidir sobre seus próprios corpos, frases como: “Nosso corpo nos pertence”, “Esse corpo que é nosso” ficou conhecidas como uma forma de “grito de guerra” para as mulheres que participavam desse movimento. Esse marco foi a primeira vez em que as mulheres passaram a refletir sobre as questões relacionadas a vivência e sexualidade. a partir desse momento, elas buscavam (re)conhecer seu direito ao prazer sexual. O termo ‘direitos reprodutivos’ foi conceituado por feministas norte-americanas, e tornou-se público no I Encontro Internacional de Saúde da Mulher em Amsterdã na Holanda, no ano de 1984 e na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento realizada em Cairo, no Egito no ano de 1994, a mulher passou de objeto a sujeito de programas de desenvolvimentos e população. E foi na Conferência sobre Direitos Humanos, realizada em Teirã, no Irã no ano de 1968 que ficou estabelecido que a decisão sobre o número de filhos e o espaçamento entre eles constitui um direito dos casais. Um acontecimento muito importante também foi a Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, que aconteceu em 1975 no México, o que deu início ao Decênio da Mulher, no qual, foi reconhecido o direito a integridade física, assim como a decisão sobre seus próprios corpos, o que incluía o direito a diferentes opções sexuais e a maternidade opcional. Já os direitos sexuais surgiram a partir da reivindicação do movimento de gays e lésbicas, no início da década de 1980, com a deflagração da epidemia de AIDS. Portanto, após muito debate e resistência o texto final da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em seu parágrafo 96 definiu o que são os direitos sexuais: “Direitos sexuais são direitos a uma vida sexual com prazer e livre de discriminação”. E na Conferência de Viena sobre os Direitos Humanos, realizada em 1993 ficou acordado que os direitos humanos das mulheres incluem o direito a ter controle sobre a sua sexualidade e poder decidir sobre esse aspecto livremente, sem descriminação e violência.

No Brasil, os movimentos de mulheres tiveram uma atuação fundamental ao longo dos anos 80, a luta se concentrava pelos direitos das mulheres pela justiça social e pela democracia. Os direitos das mulheres estavam presentes na agenda das políticas públicas brasileiras desde o Programa de Atenção Integral de Saúde da Mulher- PAISM, de 1983, mas somente foram regularizadas no artigo 226 da Lei 9.283 em seu parágrafo 7, sobre Planejamento Familiar, que foi ajustada no dia 12 de janeiro de 1996.

Em meio a essas conquistas, é importante ressaltar que houve algumas interferências, pois as instituições dos governos dos países ditos desenvolvidos estavam preocupadas com o crescimento da população mundial. Os Estados Unidos por exemplo, estavam interessados em diminuir o crescimento demográfico nos países subdesenvolvidos, portanto, foi introduzido de forma massiva métodos anticoncepcionais na América Latina, na década de 60. Há um fato que precisa ser problematizado que é a questão de que a responsabilidade da contracepção era somente da mulher e nos dias de hoje, apesar de a camisinha masculina ser muito usada, alguns desses homens se recusam a fazer o uso desse método, pois ainda há o (pre)conceito que define que é a mulher quem deve ter o cuidado para não engravidar, principalmente se essa está em um relacionamento. Por isso, não podemos invalidar a luta das mulheres, de modo que associemos o direito que as mulheres conquistaram de terem um certo controle sobre seus corpos apenas as questões associadas a um acontecimento de cunho político e de interesse de determinados países. Devemos destacar que foi de fato uma conquista importante, os métodos anticoncepcionais foram naquele momento uma libertação para aquelas mulheres e continuam sendo uma forma de controle perante a reprodução para as mulheres na atualidade, porém, esse marco da década de 1960 só aconteceu devido a pressão pública feminina que já havia acontecendo.

Enquanto nos Estados Unidos a luta já considerava também o direito de reprodução, no Brasil, segundo Pedro (2013), as mulheres e feministas se desdobravam em diferentes lutas para além das bandeiras de seus grupos de mulheres.

Durante a década de 1970 e grande parte da década de 1980, o embate ideológico das ativistas ficou centralizado entre as “lutas gerais” (contra a ditadura, por mudanças sociais ou pelo socialismo, por exemplo). E as “lutas específicas” das mulheres (as pautas feministas propriamente ditas). [...] (PEDRO, 2013, p. 252)

No ano atual, 2019, é preciso que os mitos sejam derrubados, pois

Para toda crença na fraqueza ou irracionalidade feminina, ou na impureza do sangue menstrual, pode-se achar outras sugerindo a fragilidade das demandas masculinas e celebrando a mulher por seu papel reprodutivo, sua sexualidade ou pureza, sua fertilidade ou talvez força maternal. (ROSALDO, 1980, p.17)

A gravidez indesejada precisa ser também uma preocupação dos homens, não somente depois que o ato está consumado. Além de que, tanto tempo se passou e a maioria dos métodos contraceptivos ainda são dirigidos as mulheres, excluindo apenas um, a camisinha masculina. Na era das tecnologias e as mulheres ainda são obrigadas a usarem dispositivos como o DIU, ou enjerir comprimidos como os anticoncepcionais e a pílula do dia seguinte que causam inúmeras consequências a saúde da mulher.

## **5 METODOLOGIA**

A presente pesquisa, de natureza mista, deverá realizar questionários com perguntas abertas para que as colaboradoras possam narrativizar suas histórias de vida. Segundo Laville e Dionne (1999), a narração é de natureza autobiográfica uma vez que é a própria personagem que descreve a partir dos questionamentos sua perspectiva sobre a temática proposta. Isso faz com que a pesquisa seja feita de modo a dar voz às participantes da mesma, diante de um tema tão delicado e polêmico, vê-se a necessidade de uma abordagem mais humana e que ao mesmo tempo possa quantificar os resultados dando também o devido espaço para que a participante exponha sua vivência e a sua opinião mediante o estudo. Por isso, a escolha do método misto, não tão comum nas pesquisas de cunho social, porém tornou-se muito adequado para entender a subjetividade da presente pesquisa e dos sujeitos envolvidos na pesquisa se tratando de um processo mais amplo do que tão somente a quantificação de casos ocorridos e com muitas faces (RICHARDSON, 1942).

Compreendendo os diferentes cenários de crenças e valores em que essas mulheres estão engajadas, não pode considerar que as respostas de uma mulher branca, residente na metrópole é a mesma de uma resposta de uma mulher branca de zona rural do Maciço de Baturité. Assim, as diferenças de região, raça e classe incidem sobre o gênero de forma significativa. A pesquisa optou por recolher dados de mulheres de diferentes cursos.

Na pesquisa prévia, já realizada em 2019, um questionário (ver Anexo 1) foi aplicado presencialmente em situações de sala de aula. Foram 21 respondentes do curso de BHU, 4 do curso de História, 6 do curso de Agronomia e 2 do curso de Matemática. A próxima etapa da pesquisa visa coletar questionários dos cursos de Administração, Física e Química.

## 5.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO

Assim sendo, a presente pesquisa busca relatar a perspectiva da mulher diante da negação da maternidade, verificando se ela reconhece que, de fato, esse é um direito real, se realmente a maioria das mulheres pretendem em algum momento de suas vidas serem mães como é ditado pela sociedade. A metodologia adotada permite introduzir a fala das próprias mulheres sobre esse assunto, para que elas mesmas, em narrativas sobre si (LAVILLE, 1999), possam dizer o que acham quando uma outra mulher decide que não quer ter filhos. Essas análises permitem perceber se o preconceito ainda está enraizado entre as próprias mulheres estudantes unilabianas do Maciço de Baturité.

## 5.2 DESCRIÇÃO DA PESQUISA

Mesmo com a previsão de aplicação de questionários com mulheres dos cursos de Administração, Física e Química, em 2019, foram aplicados em 2 cursos que estão relacionados às ciências exatas, os escolhidos foram os cursos de Agronomia e Matemática e em 2 cursos relacionados as ciências humanas, os escolhidos foram os cursos de BHU e História.

Desta maneira, foi delimitado que apenas as alunas brasileiras pudessem responder ao questionário e que obrigatoriamente elas morassem a mais de um ano ou fossem nascidas nas cidades do maciço de Baturité. O questionário foi aplicado presencialmente. Foram 21 respondentes do curso de BHU, 4 do curso de História, 6 do curso de Agronomia e 2 do curso de matemática, um fator importante é que ao responder ao questionário as participantes poderiam resolver apenas as questões nas quais se sentissem à vontade. Portanto para preservar a privacidade e a identidade das participantes

optamos por identificá-las de acordo com as letras do alfabeto.

### 5.3 ANÁLISE PRELIMINAR DOS QUESTIONÁRIOS

Nesse momento, o presente projeto de pesquisa ilustra os dados a partir da exposição de algumas respostas dos questionários (piloto) aplicado em 2019.

Questão 1: Concepção de Mulher. A primeira pergunta visa mostrar qual imagem está relacionada à mulher na visão das alunas. As alternativas correspondem ao tipo de respostas que as participantes descreviam ao responder à questão.

Tabela 1 – Descrição da autoidentidade das mulheres – resposta 1 (teste piloto)

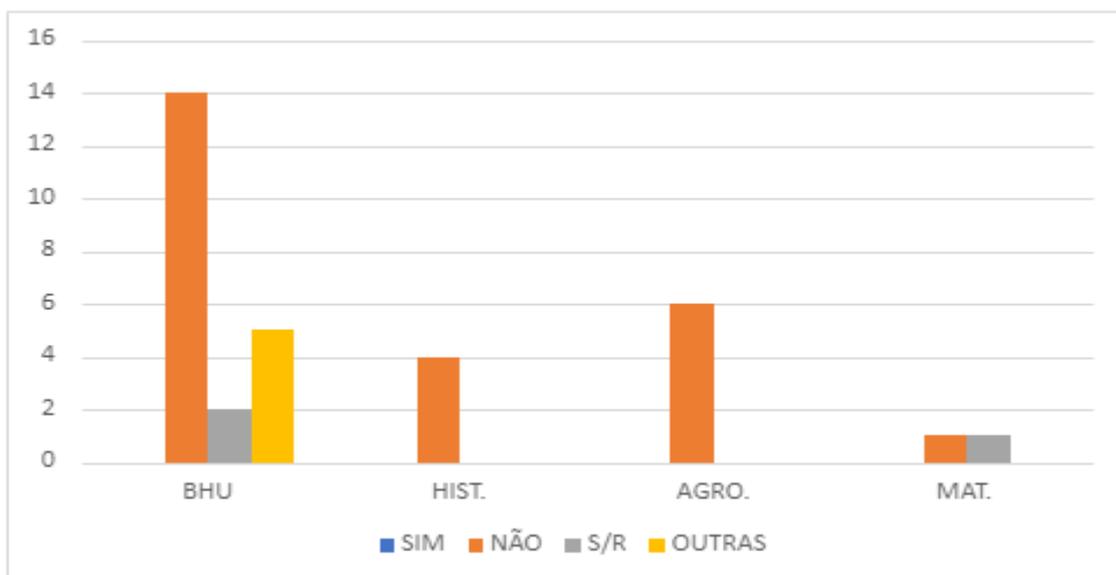


A partir do gráfico notamos que apesar da maioria das mulheres terem uma imagem de mulher provedora, ou seja, mulher que já conquistou a sua independência, ainda há um grupo de mulheres que associa-se a mulher frágil, dona de casa, mãe e esposa, vê-se que esse grupo não é pequeno. A partir dessa, comprova-se a ideia de que o machismo está enraizado entre as próprias mulheres e que algumas delas ainda não se reconhecem como agente principal de suas vidas, renovando cada vez mais os estereótipos que a sociedade criou para as mulheres que se resume a fragilidade e obediência ao marido. Mas pensando no que há de positivo, é reconfortante ver que ainda sim, a maioria dessas mulheres se reconhecem como protagonistas das suas vivências, mesmo que ainda não sejam completamente independentes, pois é bom lembrarmos que

as entrevistadas são de alunas e algumas, muito jovens, (18 a 27 anos) estão ainda no caminho para a autonomia.

Questão 2: “Como avalia a igualdade de condições de acesso e permanência no mercado de trabalho?” (Será utilizado SIM para as respostas que indicam que há igualdade, NÃO para as respostas que indicam alguma forma de desigualdade ainda existente, as siglas SR para quando a pergunta tiver sido deixada em branco e haverá a indicação de outros tipos de respostas para as que não indicavam nenhuma das outras alternativas anteriores).

Tabela 2 – Sobre a avaliação de condição de trabalho e permanência no mercado de trabalho para as mulheres – resposta 2 (teste piloto)



A maioria das entrevistadas acreditam não haver igualdade de condições e acesso no mercado de trabalho atual para homens e mulheres.

Nos anos 80/90 a mundialização do capital emitiu efeitos complexos, além de contraditórios, afetando desigualmente o emprego feminino e o masculino. Em relação ao emprego masculino, houve uma estagnação e/ou até mesmo uma regressão, já o emprego e o trabalho feminino remunerado cresceram. Paradoxalmente, apesar de ocorrer um aumento da inserção da mulher trabalhadora, tanto nos espaços formal [sic] quanto informal do mercado de trabalho, ele se traduz majoritariamente, nas áreas onde predominam os empregos precários e vulneráveis (NOGUEIRA, 2003, s/p.)

De fato, o mercado de trabalho está muito mais propício para o homem do que para a mulher, assim como as condições de permanência, elas que têm que a todo momento mostrarem a sua capacidade que é a cada segundo posto em prova, principalmente quando se fala em mulheres que chefiam cargos de altos níveis. Além do preconceito, as mulheres têm de enfrentar diversas formas de assédio no ambiente de trabalho, assim como, menor remuneração, mesmo ocupando o mesmo cargo e a mesma função de um homem, ainda têm mais chances de serem dispensadas caso em algum momento elas engravidem. Ademais, a grande maioria das mulheres enfrentam duplas, ou até mesmo triplas jornadas de trabalho, aumentando assim o cansaço não só físico, mas também psicológico. Nogueira (2003), traz em seu texto “A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização”, uma reflexão sobre a atribuição feminina no mercado de trabalho, que é circunscrito por uma movimentação evidente quando se têm por exemplo, trabalhos de meio turno ocupados predominantemente por mulheres. Outrossim, as mulheres são “menos protegidas” quando se fala em legislação do trabalho e nas organizações sindicais.

Comentários sobre acesso ao trabalho:

[resposta 1 O] - “o acesso igualitário só vai ocorrer quando as pessoas forem educadas para a igualdade de gênero”

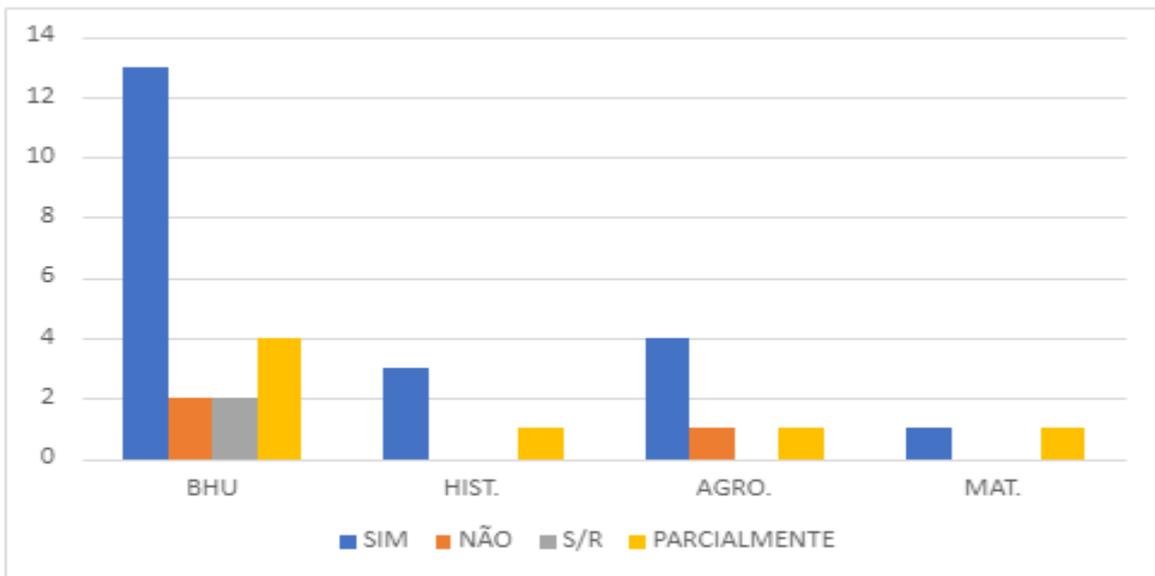
[resposta 2 G] - “o acesso é excludente e desigual”

Comentários sobre permanência o trabalho:

[resposta 1 A] - “porque as empresas não querem as mulheres grávidas”

[resposta 2 I] - “porque as mulheres grávidas não voltam a trabalhar”

Questão 3: Transformação nas condições de trabalho. (Será utilizado SIM para respostas positivas referentes às transformações das condições de trabalho e NÃO para as respostas negativas, também haverá indicação de respostas parciais, e as siglas SR para respostas em branco).



A partir do gráfico notamos que apesar da maioria das estudantes não acreditarem haver igualdade para homens e mulheres no mercado de trabalho atual, elas ainda sim, reconhecem que há ou houve transformações no mesmo. Efetivamente, isto é um fato, apesar de as transformações ainda não serem revolucionárias, são muito válidas, pois hoje, podemos perceber o protagonismo de algumas mulheres em cargos que antes eram dirigidos apenas por homens, apesar de ainda haver uma enorme disparidade e delas serem numericamente poucas, mas não pode se dizer que são apenas exceções. De modo que, há mulheres na presidência de alguns países do mundo, como é o exemplo da Alemanha, Nova Zelândia, Finlândia, Islândia e Taiwan (província autônoma da china), fator esse que era considerado impossível a alguns poucos anos atrás.

Questão 4: A questão consistia em questionar as participantes sobre o que elas consideravam quando uma mulher decidia priorizar o trabalho e não ter filhos, pensando nisso, a análise da mesma será dividida em duas etapas. Primeira: perceber a quantidade de mulheres que mediante as suas respostas expunham que ter filhos é essencial, de modo que SIM, está relacionado as participantes que responderão positivamente a isso e NÃO as mulheres que respondiam negativamente a isso. A segunda: é sobre o número de mulheres que respondiam positivamente ao conceito de abandonar a ideia de ter filho e se dedicar ao trabalho (SIM) e as mulheres que respondiam negativamente a ideia de priorizar o trabalho (NÃO). Porém, ao fazer o diagnóstico da questão minunciosamente, observamos que a maioria das mulheres respondiam de forma parcial, alegando que essa

seria uma escolha individual de cada mulher, diante disso, decidimos escolher alguns comentários e ver quantos mais se assemelham com o comentário escolhido.

Filhos		Trabalho	
BHU: SIM: 0	NÃO: 3	BHU: SIM: 3	NÃO: 0
HIST.: SIM: 0	NÃO: 1	HIST.: SIM: 1	NÃO: 0
AGRO.: SIM: 1	NÃO: 0	AGRO.: SIM: 0	NÃO: 1
MAT.: SIM: 0	NÃO: 0	MAT.: SIM: 0	NÃO: 0

[COMENTÁRIO 1- O] “isso é uma escolha e como escolha deve ser amplamente respeitada”.

Total de respostas que se adequam a esse comentário: 23.

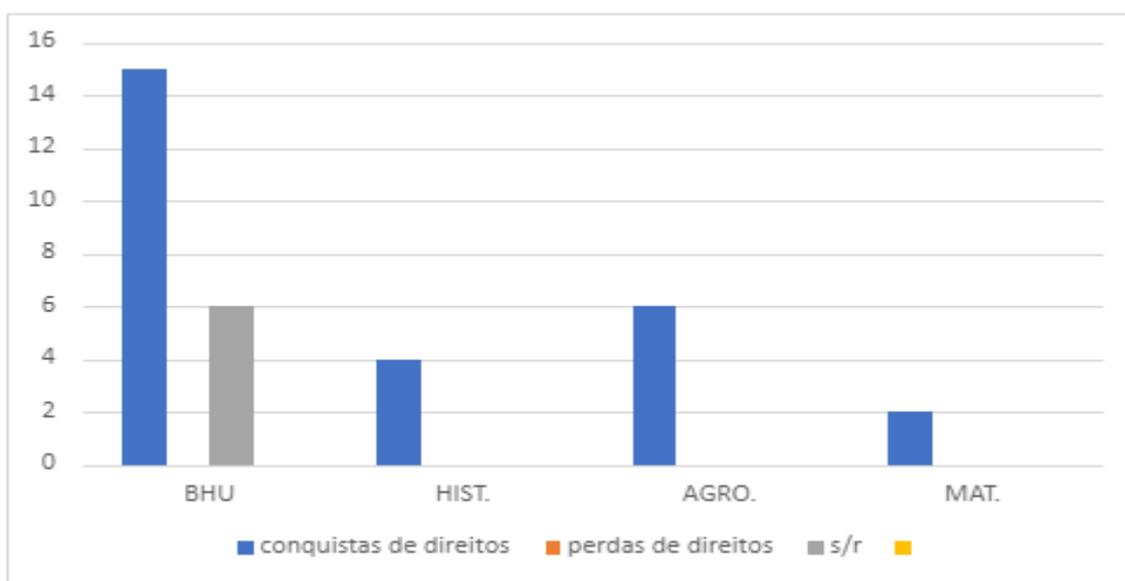
[COMENTÁRIO 2- N] “Se ela quiser é um direito, porém ainda passa por outras questões no caso de ser casada, pois nesse instante a união matrimonial requer uma escolha de ambos os lados”.

Como visto a maioria das participantes responderam que ter ou não filhos, priorizar ou não a carreira de trabalho deve ser uma escolha da mulher, podemos perceber que essa é uma questão de respeito ao direito da mulher de livre escolha das decisões de sua vida e autonomia perante seus corpos, serem donas de si mesmas. Acredito que esse seja um dos principais desejos das mulheres nos dias de hoje, poder escolher plenamente perante seus corpos. Já que a alguns anos atrás esse direito era restrito às mulheres e elas eram consideradas propriedades de seus conjugues, a luta feminina pelo **direito a propriedade de si** mesma foi longa e ainda não está completa, pois podemos observar que as Instituições Sociais como a família, igreja e o próprio Estado ainda se acham os donos dos corpos femininos. É um exemplo disso a criminalização do aborto no Brasil, que segue uma linha moral e religiosa, sem levar em conta a saúde dos corpos femininos e o pleno direito que as mulheres devem ter sob a reprodução. Pesando nisso podemos observar que a escolha das mulheres por terem ou não filhos ainda não está completamente em suas mãos, visando que os métodos contraceptivos não atingem o percentual completo de proteção para que uma gravidez indesejada não chegue a acontecer e que, apesar de a lei brasileira determinar que o aborto é legal até os 3 meses

de gestação, arriscamos afirmar que essa legislação está inclusa na seção de leis simbólicas, criada somente para conter um tumulto público e sem nenhum comprometimento quando se fala na efetivação. É prova disso os poucos hospitais da rede pública brasileira que de fato realizam esse tipo de procedimento.

Questão 5: “Você considera que houve conquistas ou perdas de direitos?”

Tabela 4 – Sobre se houve conquistas ou perdas de direitos– resposta 4 (teste piloto)



Como observado a grande maioria das participantes responderam que consideravam haver, apesar de tudo, conquistas de direitos. Nesse contexto temos que lembrar que a palavra “conquista” cai muito bem, foram anos de lutas de mulheres feministas até aqui, até que pudéssemos afirmar que sim, houve grandes conquistas de direitos e desmerecer isso, fechar os olhos para esse fato, significa apagar uma trajetória de vidas que foram dadas em nome da igualdade de gênero, que está longe de ser completamente exercida, mas... aonde estaríamos nós mulheres sem esses direitos que graças a outras mulheres foram alcançados?...

## 6 CRONOGRAMA

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5
--	-------	-------	-------	-------	-------

Estudo bibliográfico sobre mulher e trabalho	x				
Pesquisa sobre perfil das <b>alunas</b> da Unilab	x				
Aplicação de questionários, entrevistas ou rodas de conversa		x			
Transcrição		x			
Sistematização dos dados					
Escrita do artigo		x	x		
Revisão e preparação para defesa					x

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. (1996) Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências”. Brasília, DF, Publicado na C.F. de 12/01/1996.

FREDERICE; Silva. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. 235 páginas. – São Paulo: Editor elefante, 2017.

LIPOVESTSKY; Gilles. **A terceira mulher:** Permanência e revolução do feminismo. 1ª ed. 344 páginas, 2000.

**LAVILLE, C.** Construção do **Saber:** Manual de Metodologia **Científica.** Porto Alegre: Artes Medicas, Belo Horizonte. Editora UFMG, **1999.**

MATOS; Maria Izilda. BORELLI; Andreia. **Espaço feminino no mercado de trabalho.** n.v.p. SUR. **Nova história das mulheres no Brasil/** organizadoras Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. – 1. ed., 1ª reimpressão. 560 páginas. – São Paulo: Contexto, 2013.

NOGUEIRA, Claudia Maria Franca Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho:** entre a emancipação e a precarização. 2003. 170 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Proteção jurídica à saúde do trabalhador.** São Paulo: LTR, 1996. 333p.

PEDRO, joana maria. **Feminismo de segunda onda:** corpo, prazer e trabalho. P.252. Corpo prazer e trabalho. in: Pinky C.P. Pedro, joana maria. Nova história das mulheres. - São Paulo: contexto, 2013.

PISCITELLI; Adriana. **Gênero:** a história de um conceito. n.v.p.118-146 SUR.

**Diferenças, igualdade** – UNICAMP, São Paulo (2009).

RICHARDSON, Roberto Jarry, 1942- **Pesquisa social:** métodos e técnicas / Roberto Jarry Richardson: colaboradores José Augusto de Souza Peres... – São Paulo: Atlas, 1985.

ROSALDO; Michelle. **O uso e o abuso da Antropologia:** reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. 341 páginas. Publicado originalmente em Sings: Journal of women in **Culture and Society.** Spring 1980, v.5, n.3:389-417. Tradução de Cláudia Foscenca, Maria Noeme Castilho Brito e Rafael Rossoto Ioris.

WOORTMANN; Klaas. **A comida a família e a construção do gênero feminino.** 44 páginas. Série Antropológica nº 50. – Brasília-DF, 1985.